



## UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 79-87, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

## DESNÍVEIS REGIONAIS NA ERA GLOBAL

Waldemir Lima dos Santos<sup>1,2\*</sup>

<sup>1</sup>Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

<sup>2</sup>Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. \*waldemir\_geo@yahoo.com

Publicado em 2005-2006, v.1, n.5-6, p. 166-181. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

### RESUMO

O presente artigo traz à discussão uma temática real e atual das relações regionais – a globalização e seu papel excludente, gerando desníveis regionais na atualidade. Tem como objetivo principal despertar a sociedade para o que de fato propõe a ideia “global”, seguido de algumas considerações que fundamentam o papel alojador e produtor de desigualdades sociais e desníveis de desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Globalização. Desigualdades regionais. Exclusão sócio econômica.

### *REGIONAL GAPS IN THE GLOBAL AGE*

#### ABSTRACT

This article discusses a real and current theme of regional relations - globalization and its exclusionary role, generating regional gaps today. Its main objective is to awaken society to what the “global” idea actually proposes, followed by some considerations that underlie the host and producer role of social inequalities and unevenness of regional development.

**Keywords:** Globalization. Regional Inequalities. Socioeconomic Exclusion.

### *BRECHAS REGIONALES EN LA ERA GLOBAL*

#### RESUMEN

Este artículo analiza un tema real y actual de las relaciones regionales: la globalización y su papel de exclusión, generando brechas regionales en la actualidad. Su objetivo principal es despertar a la sociedad a lo que realmente propone la idea "global", seguida de algunas consideraciones que subyacen en el papel de anfitrión y productor de las desigualdades sociales y las desigualdades del desarrollo regional.

**Palabras clave:** Globalización. Desigualdades regionales. Exclusión socioeconómica.

## 1. INTRODUÇÃO

A união de mercados é marca do atual modelo de crescimento econômico observado em nível mundial. A sobreposição das fronteiras físicas já não mais corresponde a ideologias tais como invasão de territórios ou grave ameaça à soberania nacional. A globalização já não é mesma neste início de século e partimos para uma “hiperglobalização” que fomenta não só o fim da Geografia, como previu o geógrafo econômico Benko (2001), sem seu trabalho sobre a recomposição dos espaços, relacionando-se a união das territorialidades e, portanto, dos territórios, mas também a uma acentuada diferença socioeconômica entre as diversas regiões. Considerando esta tendência, analisaremos do ponto de vista dialético, como o Brasil está inserido nesta nova tônica mundial.

## 2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

O fenômeno econômico denominado “Globalização” que desde outrora se apresenta a nível mundial, trouxe consigo, além da proposta de união dos mercados, o problema da exclusão social de parcela considerável da população, generalizando-se como sendo este o ápice dos desníveis regionais.

Partindo-se do pressuposto de que há crescimento e posterior desenvolvimento regional, não podemos escapar às análises das influências deste crescimento que, por sua vez, é econômico, pois este vem provocar um movimento de fluxos de mercadorias, de informações e, conseqüentemente, de população, diferenciados. Portanto, os modos de organização do espaço correspondem as diferentes etapas do crescimento econômico.

Os desníveis regionais sobre os quais iremos abordar estão relacionados com a falta de atenção por parte de setores que promovem investimentos para áreas diversas, sendo que na falta destes submergem as regiões que se sujeitam aos atrasados meios de produção e sem perspectivas de desenvolvimento local, ocasião em que recebem vários adjetivos como sendo regiões “atrasadas”, “deprimidas”, “subdesenvolvidas”, “problemáticas”, etc. Essas áreas ou regiões (preferimos a segunda denominação por se tratar de relações) são avaliadas de acordo com o seu nível de crescimento econômico que vem determinar, num processo posterior a esse crescimento, o chamado desenvolvimento.

Nesses espaços de “racionalidade econômica”, o mercado é torna-se tirânico e o Estado tende a ser impotente, deixando de ser regulador das leis econômicas e passando a ser dominado

por essas. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado, assim, o Estado deixa de exercer suas funções básicas que visem o bem-estar social (educação, saúde, segurança, etc.) para atender as demandas oriundas de um processo mercadológico excludente (Santos, 1994).

Dentro dessa perspectiva, abordada por vários autores, começamos a perceber que conceitos como: mercado livre, fluidez, competitividade e racionalidade fazem parte dos meandros que envolvem o processo de globalização. Na atualidade, tudo é global. Não nos preocupamos mais com as tendências locais e regionais. Buscamos construir um “mundo” uniforme e sem conflitos, como se ao longo do processo histórico as novas tendências não tivessem passado por conflitos e controvérsias.

Todo o conceito de unificação que permeia as relações globais permite-nos aludir ao conceito de Geografia das Desigualdades que, de acordo com Santos *et. al.* (1996), explica que há uma tentativa em mascarar conceitos que na realidade não ficam explícitos, havendo uma camuflagem do que é sabido: sempre haverá desníveis de crescimento/desenvolvimento entre regiões, dada a falta de um planejamento que vise atender as peculiaridades regionais.

O que de fato é global do ponto de vista social, econômico, cultural? Quais são os indicadores que teremos para classificar uma região como global?

No Brasil, ao tentarmos responder as essas indagações percebemos claramente que os Planos de Desenvolvimento ou de crescimento econômico ainda não encontraram uma direção exata, considerando-se serem Planos ditos “globais” e não regionais como seria o desejável.

A tentativa de aplicação de conceitos e atividades produtivas a espaços com diferentes formações históricas, políticas, sociais e culturais, como por exemplo, as regiões norte e sul brasileiras devem ser avaliadas por diferentes variáveis que, segundo Andrade (1987), conceituando região, essa é tida como uma porção definida e qualificada por certo número de caracteres comuns cuja especificidade depende da forma e da intensidade das relações tecnológicas entre o meio natural e os grupos humanos que a ocupam.

Para que seja reconhecida uma região como desenvolvida há que considerar alguns pontos para análise, que dizem respeito às variáveis socioeconômicas frequentemente utilizadas para o estudo, sejam elas:

- Renda per capita;
- Consumo per capita de energia elétrica;

- Expectativa de vida média;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Número de habitantes por médico;
- Porcentagem da população alfabetizada com mais de 15 anos;
- Porcentagem de jovens matriculados nas escolas;
- Consumo de calorias per capita;
- Porcentagem de fécula no total calórico;
- Porcentagem de força de trabalho masculina na agricultura;
- Nível de urbanização; e
- Porcentagem da renda nacional proveniente da agricultura (Serra, 1991).

Estas variáveis irão permitir a compreensão do desenvolvimento como um processo que afeta não só o setor produtivo como um todo, mas também engloba considerações a respeito da distribuição de renda, das condições de alimentação, do nível educacional, do abastecimento alimentar, da distribuição espacial da população e da estrutura de produção. Diante da conclusão da análise poderá haver a distinção de regiões desenvolvidas ou não, bem como a presença de desequilíbrios regionais.

As diferenças regionais não são encontradas apenas nos países em desenvolvimento, presenciando-se casos de regiões atrasadas, mas também se destacam nos países desenvolvidos, problemas estes referentes a diferenças inter-regionais no plano social, econômico e político. Destacam-se os casos da Suécia e da Suíça, ambos são países desenvolvidos que, apesar de pequenos em extensão territorial, apresentam um elevado nível de renda per capita (um dos mais altos do mundo) e taxas de crescimento econômico dos mais satisfatórios e, mesmo assim, sofrem as tensões das desigualdades regionais.

A organização humana apresenta uma importância macro nesta questão, pois através dos tempos, o homem organiza o espaço de acordo com suas necessidades imediatas, utilizando-se dos instrumentos técnicos e culturais de que dispõe, fazendo com que a região em si se diversifique no tempo e no espaço, de acordo com o maior ou menor grau de desenvolvimento. O homem passa a ser a “mola-mestra” da modificação da paisagem em todos os sentidos, diferenciando-a e modificando-a, seja para o desenvolvimento ou não. Afinal, o ato de planejar é dual e traz em seu bojo competências para incluir ou excluir, desenvolver ou atrasar.

A tentativa de canalização de recursos para estas áreas “atrasadas” torna-se um problema político, pois há a confrontação da escassez de capital para investimento e o retorno que esses investimentos irão proporcionar, sendo mais rendosos nas áreas desenvolvidas. Isto se torna uma barreira que vem impedir que estas se desenvolvam ou igualem seus padrões de crescimento com as demais. Sobre isso, Rattner (1978, p. 04), estudando o planejamento e os desequilíbrios regionais diz que:

O fato de estas regiões, apesar de medidas e estratégias diferentes, continuarem sendo identificadas como atrasadas e como entidades distintas, diferenciadas da comunidade nacional, parecem demonstrar que os esforços para resolver seus problemas têm sido inadequados e nem sempre eficientes.

Assim, percebe-se que o que vem a contentar a população que habita nessas áreas é a premissa de que uma região para alcançar o processo de desenvolvimento primeiro terá de ser subdesenvolvida, tornando-se esta ressalva um problema cultural. Outro agravante é o de que estas regiões não são tratadas de forma igualitária em todo o território nacional no que diz respeito ao planejamento, e sim, são diferenciadas no volume de destinação de recursos, sendo estes insuficientes para manter os serviços básicos e necessários aos seus habitantes.

Neste caso, os investimentos de empresas estrangeiras não ocorrem de maneira contínua, doravante o não investimento onde não há infraestrutura local. Quando há investimentos, seja pela implantação de capitais e de mão-de-obra em escala mundial, a despeito das fronteiras políticas, estes ajudam de uma forma ou de outra a demolir as opiniões estabelecidas sobre regiões ricas e pobres na economia mundial, demonstrando mais claramente as desigualdades regionais, quando esta já é notória, apesar de alguns autores acharem que a integração de áreas mais desenvolvidas com as menos privilegiadas, em determinado estágio, haverá o desencadear do desenvolvimentos nestas.

A concentração de serviços e capitais aceleram o processo de disparidades, uma vez que deixa de ser assistida grande parte da região ou país envolvido. Esta centralização de atividades acaba por determinar uma concorrência entre as várias regiões que compõem um país, além de impedir que áreas que ficam no entorno deste centro (*hinterland*) obtenha crescimento/desenvolvimento, havendo uma canalização de recursos para as áreas mais desenvolvidas e prestadoras de serviços que envolvem, principalmente, alto nível técnico e tecnológico.

Nos países em vias de desenvolvimento, a configuração de sua hierarquia espacial é, geralmente, representada por uma área metropolitana altamente desenvolvida, que domina tanto economicamente quanto culturalmente as outras regiões do país. O Brasil insere-se neste contexto quando se avalia a posição econômica da região Sudeste frente às demais regiões do país. Assim, Rattner (1978, p. 14), assinala as principais características desse tipo de região:

[...] Essa região metropolitana detém, via de regra, uma alta proporção da população, dos bens de capital, de recursos humanos qualificados e dos meios de comunicação, o que lhe confere uma posição de controle e dominação das outras áreas, que se tornam dependentes [...]

Observa-se que essa dependência tende a agravar-se diante do processo de globalização, entendendo-se que quanto mais a economia configurar-se como um aglomerado de mercados organizados em blocos econômicos, maior será a convergência de funções centrais nas cidades, tornando-as centro polarizadores que centralizarão mais efetivamente as decisões, os serviços, as transações financeiras, etc.

O primeiro impacto que se observa diante desta centralização são as imigrações constantes das áreas menos desenvolvidas para os centros mais avançados, culminando com o afloramento de graves problemas urbanos onde o mercado de trabalho é, na maioria das vezes, insuficiente para absorver esta massa populacional.

Como resultado, disponibiliza-se mão-de-obra barata, desqualificada para as atividades citadinas, com salários submínimos, condições habitacionais de extrema pobreza (aumento da favelização) e, logicamente, níveis muito baixos de saúde e expectativa de vida. Estes são alguns efeitos consequentes deste processo de polarização ou centralização de atividades e serviços que tende a atrair uma população carente de assistência básica à sua sobrevivência nas cidades.

Acima, presencia-se o sentido figurante do “mundo globalizado”, que ao invés de unir tende a separar ainda mais as classes sociais. Porém, o movimento migratório não tende a ser apenas um fator negativo ao desenvolvimento regional, dependendo do momento de sua efetivação, conforme observa Santos (1989, p. 87):

[...] A própria ‘qualidade’ dos migrantes e o momento de sua chegada são fatores de crescimento ou, ao contrário, um freio. Se a chegada de imigrantes se dá num momento econômico oportuno, pode ser causa de crescimento econômico [...]

Diante disso, percebe-se que há o fator “qualidade” interferindo e relacionando-se com o decréscimo ou acréscimo do desenvolvimento regional, como podemos salientar o caso da região metropolitana de São Paulo, no Brasil, e Buenos Aires, na Argentina, no final do século XIX, onde a população migrante, no caso da primeira, era especializada em agricultura, principalmente na cultura do café, promovendo sua industrialização e, conseqüentemente, elevando o índice de urbanização.

Para Santos et.al. (1996) o processo de globalização tem buscado unificar e não unir. Esta ideia tenta ser hegemônica em detrimento das outras. Busca-se, neste contexto um padrão uniforme, esquecendo-se que as regiões são porções que possuem características diferentes e diversas vocações.

Falar em espaço mundial, internacionalização da economia, tempo mundial, metrópoles globais, parece-nos escamotear as relações do cotidiano, no qual o indivíduo perde a noção do seu espaço. Hoje, somos informatizados o bastante para compramos quase tudo pela rede mundial de computadores, pagamos as contas no caixa eletrônico e temos amigos virtuais. Neste mundo global, perde-se a noção do cotidiano das pessoas.

Somos apenas números, caixas postais etc. O cidadão perde a noção das relações cotidianas. Não conhecemos nossos vizinhos, o padeiro da esquina, o dono da mercearia. Estamos entrando nas relações virtuais. A globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si.

A globalização, juntamente com a revolução técnico-científica provoca, cada vez mais, os desníveis regionais, onde enfraquece as estruturas do Estado como gestor público e o direciona às leis do mercado. Não se tem uma prioridade definida pelo Estado com base nas necessidades de cada região, causando o que percebemos nitidamente nas relações comerciais das regiões brasileiras.

Ficam claros os desníveis de desenvolvimento entre as regiões brasileiras no momento em que os investimentos são direcionados para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Então, podemos considerar, numa visão geográfica, as regiões Norte e Nordeste como regiões deprimidas? As especificidades regionais devem ser consideradas e o que é deprimido do ponto de vista financeiro pode ser desenvolvido do ponto de vista da biodiversidade, por exemplo.

Conceitos como o de tecnologia de ponta, cibernética, mundo virtual, frente as políticas governamentais preveem uma inclusão digital em pleno processo hiperglobalizante, onde o

cidadão terá acesso a bens e produtos mais rapidamente, sem sair de casa. No entanto, a exclusão existe, está presente e, com certeza, as benesses desse novo processo não abrangerão a todos. Vale ressaltar que, neste caso, milhares de cidadãos que passam fome no Polígono das Secas, na Ásia e na África ficarão a mercê do adágio “somente há ricos por que há pobres”. É esse o mundo global, a qual todos nós sonhamos estar incluídos.

E os excluídos da globalização? Muitas vezes essa discussão é escamoteada, porque dentro do que prevê o conceito global, vencem os mais abastados e informados. Invertem-se as teorias, agora de Darwin a Gates.

Esquecemos, neste contexto global, teorias tão estudadas que dizem respeito às culturas, as diversidades regionais e o respeito ao indivíduo como resultado de todo um processo histórico.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões acerca do que é global e do que é restrito, induz o mercado e as economias a destinos totalmente inversos do que realmente se deseja. No momento da união de mercados e a inserção de mercadorias nos diversos pontos do globo, diminui-se a participação da maioria da população que não tem acesso a esses produtos, culminando com desníveis entre regiões inteiras.

Desse modo, o comportamento contraditório do processo globalizante, ora de juntar e ora de excluir, acarreta uma direção de recursos financeiros e investimentos de capital em algumas regiões brasileiras, notadamente o Sul e Sudeste, divergindo o “global” para locais ditos “centros do poder econômico”.

As regiões Norte e Nordeste do Brasil detêm níveis baixos de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em relação ao restante do País, exatamente por não dispor de uma cadeia produtiva ou parque industrial forte para aquecer a economia local e promover o bem-estar social, considerando-se que uma das variáveis para aferição do índice é a renda per capita, que podemos também considerar que não expressa a realidade por seu uma média aritmética.

A insuficiente circulação da moeda nessas regiões ocasiona uma forte dependência financeira, onde o termo “regiões atrasadas” ganha respaldo sendo motivo de esquecimento.

Uma estratégia para o desenvolvimento dessas regiões é impulsionar a indústria interna com fabricação/produção de alimentos e/ou utensílios que visem a exportação, gerando emprego e renda para as famílias mais pobres. Além da indústria, os investimentos na

agricultura também se fazem necessários, mantendo o homem do campo no campo, diminuindo sensivelmente as mazelas sociais das cidades. Procedendo-se assim, estaremos próximos do chamado “mundo global”.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRRADE, M.C.de. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

BENKO, G. A recomposição dos espaços. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande/MS. Vol. 1, nº 2, p. 7-12, Mar. 2001.

RATTNER, H. **Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SERRA, G. **Urbanização e Centralismo Autoritário**. São Paulo: Edusp, 1991.